

Respeitando a nobre intenção contida nas propostas, entendemos que seu conteúdo desvirtua a essência original do projeto, que trata somente do aspecto ambiental na distribuição do ICMS, razão pela qual não recomendamos o acolhimento das emendas nº 1 e 2.

Já as emendas de nº 3 e 4 almejam incluir novo artigo, criando um fundo de compensação das perdas decorrente das alterações previstas no projeto. A emenda de nº 3 dispõe que o fundo terá o valor de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), ao passo que a de nº 4 determina que o valor deste fundo será de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), corrigidos anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

Apesar de meritória a intenção contida nestas emendas, não podemos olvidar o fato de que não há estudo de impacto orçamentário sobre o tema, e que seu conteúdo destoa do objetivo da propositura. Além disso, a criação de fundos deve ser objeto de projeto de lei específico, de competência privativa do Poder Executivo, nos termos constitucionais.

Assim, somos pela rejeição das emendas. A emenda de nº 5 pretende incluir um novo artigo determinando que os recursos destinados aos municípios deverão ser informados nos portais da transparência do governo do Estado e das prefeituras.

Embora reconhecida a nobreza da intenção contida na presente emenda, entendemos que já existe na legislação em vigor um amplo acesso à informação e garantia da transparência, além do fato de esta Casa possuir plenos poderes de fiscalização, sendo assim desnecessária a modificação proposta.

Somos, pois, contrários à emenda nº5. Por fim, a emenda de nº 6 modifica a redação do inciso I do artigo 2º da propositura, no tocante ao inciso VIII ora adicionado pelo referido artigo. A emenda pretende contemplar também as áreas de mananciais e o seu entorno, como critério de participação dos municípios na distribuição do ICMS.

A intenção contida na presente emenda é nobre e justa, sendo notória a importância dos municípios que desenvolvem a elevada responsabilidade pela preservação das áreas de mananciais de abastecimento público e das áreas conservadas cobertas por vegetação nativa em seu entorno, garantindo a qualidade ambiental e a segurança hídrica das populações no Estado, e reconhecida com essa propositura.

Pedimos vênias tão somente para promover ajuste de redação na referida emenda, para tornar viável a sua aprovação sob o ponto de vista técnico, na forma da seguinte subemenda:

**SUBEMENDA à emenda de nº 6**

Modifique-se a redação do inciso I do artigo 2º do Projeto de lei nº 717, de 2020, na seguinte conformidade:

Artigo 2º -.....  
I - o inciso VIII:  
"VIII - 0,5% (zero vírgula cinco por cento), em função de espaços territoriais cobertos por vegetação nativa, em áreas situadas fora de unidades de conservação de proteção integral criadas pelo Estado de São Paulo, que correspondam, no exercício anterior, ao mínimo de 30% (trinta por cento) da área total do município, ou em áreas situadas em Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais instituídas por legislação estadual, ou áreas situadas dentro de Área de Preservação Ambiental - APA, independentemente do seu tamanho, excluídas duplicidades de incidência, conforme levantamento efetuado pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, observado o disposto nos §§ 6º e 7º deste artigo;" (NR);  
.....  
.....

Assim, somos favoráveis à emenda nº 6, na forma da Subemenda ora apresentada.

No tocante ao estímulo à destinação correta de resíduos sólidos, pretendida pelo projeto e disposta como critério para fins de distribuição da parcela pertencente aos municípios do produto da arrecadação do ICMS, pedimos vênias para aprimorar a redação da propositura, de modo a garantir maior clareza e importância ao referido critério, que ora se pretende criar.

Assim, apresentamos a seguinte emenda:  
**EMENDA "A"**  
Fica modificada a redação do inciso V do artigo 2º do Projeto de lei nº 717, de 2020, na seguinte conformidade:  
Artigo 2º -.....  
.....  
V - o § 8º:  
.....  
.....  
2.....  
.....

"c) disposição final de resíduos sólidos encaminhada a aterro sanitário adequado, conforme disposto na legislação específica, distribuídos de acordo com normas operacionais orientadas para o impedimento de dano ou risco à saúde e à segurança públicas, minimizando impactos sobre o meio ambiente, aplicando-se ao cálculo da distribuição do recurso destinado aos municípios percentual específico a esta disposição, de até 30% (trinta por cento), baseado no Índice de Qualidade de Aterro de Resíduos (IQR), que compõe o Relatório de Qualidade Ambiental da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, nos termos do artigo 4º, inciso VIII, da Lei nº 9.509, de 20 de março de 1997, apurado anualmente pela CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo;"  
.....  
.....

Ainda no tocante à modificação dos critérios de distribuição da parcela pertencente aos municípios do produto da arrecadação do ICMS, tendo em vista que estamos atravessando momentos delicados sob o ponto de vista da saúde pública e também das finanças públicas, em todos os entes da federação, inclusive com muitos municípios em situação calamitosa, pedimos vênias, mais uma vez, para acrescentar ao presente projeto uma regra de transição, de modo a impedir que os municípios sofram eventuais reduções de receita que possam impactar sua saúde financeira.

Dessa forma, apresentamos a seguinte emenda:  
**EMENDA "B"**  
Fica acrescentada disposição transitória ao final do Projeto de lei nº 717, de 2020, formada pelos seguintes artigos 1º e 2º:  
**"DISPOSIÇÃO TRANSITÓRIA**

Artigo 1º - Para o exercício de 2022, o critério previsto no inciso I do artigo 1º da Lei nº 3.201, de 23 de dezembro de 1981, modificado por esta lei, será de 75,5% (setenta e cinco vírgula cinco por cento), e os critérios previstos nos incisos VIII e IX do referido artigo 1º do mesmo diploma, incluídos por esta lei, serão de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) cada um.

Artigo 2º - Nenhum município terá, nos exercícios de 2022 e 2023, mais que 25% (vinte e cinco por cento) de ganho ou perda em relação à parcela do produto da arrecadação do ICMS auferida no exercício anterior."

III - DO VOTO  
Diante do exposto, nosso voto é:  
a) Favorável ao Projeto de Lei nº 717, de 2020;  
b) Favorável à emenda de nº 6, na forma da Subemenda ora apresentada;  
c) Favorável às emendas "A" e "B" ora apresentadas; e  
d) Contrário às emendas de nºs 1, 2, 3, 4 e 5.

a) Adalberto Freitas – Relator  
Aprovado como parecer o voto favorável ao projeto, à emenda nº 6 na forma da subemenda ora apresentada, às emendas "A" e "B" ora apresentadas e contrário às emendas de 1, 2, 3, 4 e 5.

Sala das Comissões, em 2/3/2021.  
a) Wellington Moura – Presidente  
Janaina Paschoal (abstenção) – Tenente Nascimento – Carlos Cezar – Gilmaci Santos – Marta Costa – José Américo – Daniel José – Adalberto Freitas – Paulo Fiorilo – Dra. Damaris Moura – Wellington Moura – Márcio da Farmácia – Alex de Madureira – Carlos Cezar – Daniel José  
(Replicado por ter saído com incorreções no DO de 27/2/2021.)

## Comissões

### CONVOCAÇÕES

#### CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

##### CONVOCAÇÃO

Convoco, nos termos regimentais, as Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados abaixo relacionados, membros desta Comissão, para uma Reunião Extraordinária a realizar-se no dia 03/03/2021, quarta-feira, às 10:00 horas, no Ambiente Virtual, com a finalidade de:

- Relativamente ao Processo RGL7862/2020 - Representação de autoria da Deputada Isa Penna contra o Deputado Fernando Cury, por quebra de decoro parlamentar:
  - 1 - proceder à leitura do voto do relator, Deputado Emídio de Souza;
  - 2 – discussão, e;
  - 3 – votação.

<b>Membros Efetivos</b>		<b>Membros Substitutos</b>
Adalberto Freitas	PSL	Tenente Coimbra
Emídio de Souza	PT	Paulo Fiorilo
Barros Munhoz	PSB	Caio França
Maria Lúcia Amary	PSDB	Mauro Bragato
Wellington Moura	REPUBLICANOS	Sebastião Santos
Delegado Olim	PP	Professor Kenny
Carlos Giannazi	PSOL	Erica Malunguinho
Alex de Madureira	PSD	Marta Costa
Campos Machado	AVANTE	Roque Barbieri
Corregedor		Substituto
Estevam Galvão	DEM	---

Sala das Comissões, em 01/03/2021.

Deputada Maria Lúcia Amary  
Presidente

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

##### CONVOCAÇÃO

Convoco, nos termos regimentais, as Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados abaixo relacionados, membros desta Comissão, para uma Reunião Extraordinária a realizar-se no dia 03/03/2021, quarta-feira, às 14:00 horas, no Ambiente Virtual, com a finalidade de deliberar sobre a pauta em anexo.

<b>Membros Efetivos</b>		<b>Membros Substitutos</b>
Janaina Paschoal	PSL	Agente Federal Danilo Balas
Tenente Nascimento	PSL	Federico d'Ávila
Emídio de Souza	PT	José Américo
Carlos Cezar	PSB	Caio França
Carlão Pignatari	PSDB	Cezar
Mauro Bragato	PSDB	Maria Lúcia Amary
Daniel Soares	DEM	Paulo Correa Jr
Thiago Auricchio	PL	Dirceu Dalben
Gilmaci Santos	REPUBLICANOS	Jorge Wilson Xerife do Consumidor

Heni Ozi Cukier	NOVO	Daniel José
Marta Costa	PSD	Alex de Madureira
Douglas Garcia	PTB	---
Marina Helou	REDE	---

Sala das Comissões, em 01/03/2021.

Deputado Mauro Bragato  
Presidente

##### (3ª Reunião Extraordinária

1 - Projeto de lei 503/2019 - Deputada Monica da Mandata Ativista - Institui a Política Pública Estadual de Educação Básica dos Povos Indígenas. - Deputada Janaina Paschoal - contrário ao projeto e à emenda nº 1 - R.B.

2 - Projeto de lei 566/2019 - Deputado Altair Moraes - Veda o uso de aparelhos de telefonia celular, máquinas fotográficas, filmadoras e congêneres no interior dos templos religiosos. - Deputada Janaina Paschoal - favorável - T.N.

3 - Projeto de lei 586/2019 - Deputada Leci Brandão - Cria o cadastro de obesidade infantojuvenil nas escolas de ensino fundamental e médio do Estado. - Deputada Marta Costa - favorável

4 - Projeto de lei 634/2019 - Deputado Aitaide Teruel - Torna obrigatória a contratação de seguro de vida complementar e de seguro privado de assistência à saúde para os profissionais que exercem atividades de transporte de entrega de mercadorias e de serviços que se utilizam de motocicletas no Estado. - Deputado Thiago Auricchio - favorável - M.H., T.N., D.D.M., E.d.S., R.B., H.O.C.

5 - Projeto de lei 689/2019 - Deputado Márcio da Farmácia - Dispõe sobre doação e cessão de armas e equipamentos da Polícia Civil para as Guardas Cíveis do Estado. - Deputado Roque Barbieri - favorável - G.S.

6 - Projeto de lei 690/2019 - Deputado Paulo Correa Jr - Obriga o Poder Executivo a liberar emendas parlamentares aos municípios que declarem estado de emergência ou calamidade pública. - Deputado Gilmaci Santos - favorável - M.C.

7 - Projeto de lei 698/2019 - Deputada Monica da Mandata Ativista - Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado o Projeto Futuro. - Deputado Thiago Auricchio - favorável ao projeto na forma do substitutivo

8 - Projeto de lei 838/2019 - Deputado Heni Ozi Cukier - Dispõe sobre a celebração de contratos de impacto social no âmbito do Estado. - Deputada Marta Costa - favorável - E.d.S., G.S.

9 - Projeto de lei 870/2019 - Deputado Coronel Nishikawa - Torna obrigatória a remoção de cabos e fiação aérea excedentes e sem uso, instalados por concessionárias que operam ou utilizam rede. - Deputado Heni Ozi Cukier - contrário

10 - Projeto de lei 942/2019 - Deputado Caio França - Inclui os doadores regulares de sangue e direta ou indireta no grupo de risco ou grupo prioritário para receberem gratuitamente vacinas oferecidas no Estado. - Deputada Marta Costa - favorável

11 - Projeto de lei 957/2019 - Deputada Leci Brandão - Propõe a criação de bicicletários em todas as estações da CPTM. - Deputada Marta Costa - favorável - G.S.

12 - Projeto de lei 977/2019 - Deputado Cezar - Assegura aos pacientes do SUS, no âmbito do Estado, a garantia de desjejum após exames médicos que exijam jejum acima de seis horas. - Deputado Gilmaci Santos - contrário. Voto em Separado da Deputada Janaina Paschoal favorável. - J.P.

13 - Projeto de lei 991/2019 - Deputado Sergio Victor - Altera a Lei nº 10.705, de 28 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a instituição do Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD. - Deputado Gilmaci Santos - favorável - H.O.C., J.A., M.H.

14 - Projeto de lei 1071/2019 - Deputada Valéria Bolsonaro - Autoriza o Poder Executivo a instalar restaurante do Programa Bom Prato na área de saúde da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. - Deputado Thiago Auricchio - favorável

15 - Projeto de lei 1074/2019 - Deputado Coronel Nishikawa - Torna obrigatória a realização anual do exame de espirometria para os policiais integrantes do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, a fim de prevenir Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica - DPOC. - Deputado Carlos Cezar - favorável

16 - Projeto de lei 1081/2019 - Deputado Delegado Olim - Determina a alienação por doação de armas de fogo aos servidores das carreiras da Polícia Civil do Estado de São Paulo após aposentadoria. - Deputado Gilmaci Santos - favorável ao projeto e contrário aos substitutivos nº 1 e nº 2

17 - Projeto de lei 1095/2019 - Deputado Douglas Garcia - Obriga o Estado a aderir à Política Nacional de Alfabetização. - Deputada Marta Costa - favorável

18 - Projeto de lei 1129/2019 - Deputado Agente Federal Danilo Balas - Permite o uso de logradouros públicos aos grupos escoteiros. - Deputado Tenente Nascimento - favorável

19 - Projeto de lei 1217/2019 - Deputado Estevam Galvão - Altera a Lei nº 15.276, de 2 de janeiro de 2014, que dispõe sobre a destinação de veículos em fim de vida útil e dá outras providências. - Deputada Marta Costa - favorável

20 - Projeto de lei 1313/2019 - Deputado Rafa Zimbaldi - Garante ao passageiro a acomodação para "bagagem de mão" nos voos domésticos com partida ou escala nos aeroportos do Estado, em compartimento correspondente à respectiva poltrona. - Deputada Janaina Paschoal - contrário

21 - Projeto de lei 29/2020 - Deputado Gil Diniz - Proíbe visitas íntimas nos estabelecimentos penitenciários estaduais. - Deputado Gilmaci Santos - contrário

22 - Projeto de lei 95/2020 - Deputado Reinaldo Alzug - Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado a Folia de Reis Passagem dos Três Reis Magos, realizada em Parapuã. - Deputada Janaina Paschoal - favorável

23 - Projeto de lei 157/2020 - Deputado Dr. Jorge Do Carmo - Autoriza o Poder Executivo a isentar os mutuários de programas habitacionais de baixa renda do pagamento de prestações e taxas durante a crise provocada pela pandemia do novo coronavírus - COVID 19. - Deputada Janaina Paschoal - favorável

24 - Projeto de lei 258/2020 - Deputada Márcia Lia - Autoriza o Poder Executivo a promover medidas excepcionais no âmbito dos contratos administrativos de prestação de serviços em face da situação de emergência e do estado de calamidade pública decorrentes do novo coronavírus. - Deputado Tenente Nascimento - favorável

25 - Projeto de lei 314/2020 - Deputada Leticia Aguiar - Obriga os hospitais públicos e particulares a notificarem a Polícia Civil sobre a internação de paciente que não possua identificação. - Deputada Janaina Paschoal - favorável

26 - Projeto de lei 320/2020 - Deputado Bruno Ganem - Determina que estabelecimentos comerciais do Estado fixem orientações sobre os cuidados de armazenamento de rações para animais. - Deputada Janaina Paschoal - contrário

27 - Projeto de lei 409/2020 - Deputada Dra. Damaris Moura - Obriga os hospitais, maternidades e todos os estabelecimentos de saúde do Estado a orientar os pais sobre doenças raras não detectáveis pelo "teste do pezinho". - Deputado Carlos Cezar - favorável

28 - Projeto de lei 497/2020 - Deputada Monica da Mandata Ativista - Cancela o ano letivo de 2020 para todos os períodos de ensino Fundamental e Médio na rede pública estadual de educação. - Deputado Heni Ozi Cukier - contrário

29 - Projeto de lei 568/2020 - Deputada Marina Helou e outros. - Fixa metas e prazos para o atingimento dos valores de concentração de poluentes preconizados pela Organização Mundial da Saúde - OMS para fins de monitoramento da qualidade do ar no Estado. - Deputado Gilmaci Santos - contrário. Voto em Separado do Deputado Thiago Auricchio favorável. - H.O.C., T.N.

30 - Projeto de lei 572/2020 - Deputado Fernando Cury - Cria a Região Administrativa de Botucatu. - Deputado Barros Munhoz - favorável

31 - Projeto de lei 589/2020 - Deputada Adriana Borgo - Declara o cachorro Terrier Brasileiro (Fox Paulistinha) como animal símbolo, reconhecendo-o como patrimônio cultural e genético do Estado. - Deputado Daniel Soares - favorável

32 - Projeto de lei 652/2020 - Deputado Carlos Giannazi - Suspense os prazos de validade dos concursos públicos já homologados até 31 de dezembro de 2021. - Deputado Heni Ozi Cukier - favorável

##### PAUTA PARA DELIBERAÇÃO CONCLUSIVA

33 - Projeto de lei 1274/2019 - Deputado Ricardo Madalena - (CONCLUSIVA) Declara de utilidade pública a entidade Fraterno Auxílio Cristão, em Registro. - Deputada Janaina Paschoal - favorável

34 - Projeto de lei 461/2020 - Deputado Carlão Pignatari - (CONCLUSIVA) Declara de utilidade pública a entidade Lar São Vicente de Paulo de Macaúbal, com sede naquele Município. - Deputado Thiago Auricchio - favorável

Para ciência:  
Item 35 - Nota Técnica nº 30/2020, da Assessoria Técnico-Legislativa da Procuradoria Geral do Estado, acerca de minuta de anteprojeto de proposta de emenda à Constituição do Estado, elaborado pela Secretaria da Administração Penitenciária, visando adequar a Carta paulista à Emenda Constitucional federal nº 104, de 2019, que previu a criação da polícia penal.

Item 36 - Mensagem de email do Sr. Marco Antonio Lorenzon a esta Comissão, solicitando apoio dos Nobres Deputados à regulamentação da Polícia Penal no Estado de São Paulo. No mesmo sentido é a mensagem de email do Sr. Flávio Matos, solicitando apoio à aprovação da PEC 1/2021.

Item 37 - Ofício CREF4/SP nº 0299/21, procedente do Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região - CREF4/SP, manifestando apoio ao Projeto de Lei 259, de 2020, da Deputada Leticia Aguiar, que classifica a prática do exercício físico como atividade essencial para o cidadão.

Item 38 - Ofício CREF4/SP nº 0404/21, procedente do Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região - CREF4/SP, manifestando apoio ao Projeto de Lei 257, de 2020, do Deputado Altair Moraes, que reconhece a prática de atividades e exercícios físicos como essenciais para a população de São Paulo em estabelecimentos prestadores de serviços destinados a essa finalidade, bem como em espaços públicos em tempos de crises ocasionadas por moléstias contagiosas ou catástrofes naturais.

Item 39 - Ofício da Associação Direitos Humanos em Rede - Conectas, encaminhando Parecer técnico sobre o PL 404/2020, da dep. Erica Malunguinho, que proíbe homenagens a escravocratas e a eventos históricos ligados ao exercício da prática escravista no âmbito da administração estadual direta e indireta.

### ATAS

#### COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO

##### ATA DA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO, DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA.

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um, às dezoito horas e trinta e dois minutos, no Salão Nobre da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a Quarta Reunião Extraordinária da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, da Terceira Sessão Legislativa da Décima Nona Legislatura, convocada nos termos da alínea "d", do item III do artigo 18 do Regimento Interno Consolidado, presidida pelo Deputado Tenente Nascimento. Presentes a Senhora Deputada Dra. Damaris Moura e os Senhores Deputados Paulo Fiorilo, Ricardo Mellão (membros efetivos), a Senhora Deputada Marta Costa e os Senhores Deputados Tenente Nascimento e Carlos Cezar (membros substitutos). Ausentes os Senhores Deputados Adalberto Freitas, Roberto Engler, Estevam Galvão, Dirceu Dalben, Wellington Moura, Márcio da Farmácia, Delegado Olim e Alex de Madureira. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. Dispensada da leitura, a ata da reunião anterior foi aprovada. Passou-se à deliberação dos itens constantes da pauta: Item 1 - Projeto de lei nº 782/2017, de autoria do Deputado Léo Oliveira, que autoriza o Poder Executivo a construir o Hospital Veterinário Público Metropolitan, destinado aos animais domésticos de famílias comprovadamente de baixa renda, em Ribeirão Preto. Foi relatora a Deputada Dra. Damaris Moura com voto favorável. Aprovado como parecer o voto da relatora. Item 2 - Projeto

de lei nº 925/2019, de autoria do Deputado Roberto Moraes, que institui a "Semana de Conscientização sobre o Autismo" e o Programa Estadual de Orientação sobre Autismo para profissionais das Áreas da Educação e Saúde. Foi relator o Deputado Paulo Fiorilo com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 3 - Projeto de lei nº 651/2019, de autoria do Deputado Cezar, que institui o Programa Estadual de Incentivo à Contratação de Jovens Tutelados no Mercado de Trabalho. Foi relatora a Deputada Marta Costa com voto favorável ao projeto e contrário ao substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Aprovado como parecer o voto da relatora. Votaram contrariamente ao voto da relatora os Deputados Paulo Fiorilo e Ricardo Mellão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, que foi gravada pelo Serviço de Audiofonia e cuja ata eu, Angela Nakamura, Analista Legislativo, lavrei e assino após sua Excelência. Aprovada em reunião de 02/03/2021.

Deputado Tenente Nascimento  
Presidente  
Angela Nakamura  
Secretária

#### COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO

##### ATA DA QUINTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO, DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA.

Aos dois dias do mês de março de dois mil e vinte e um, às dez horas e zero minutos, no Ambiente Virtual da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a Quinta Reunião Extraordinária da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, da Terceira Sessão Legislativa da Décima Nona Legislatura, sob presidência do Deputado Wellington Moura, convocada com a finalidade de ouvir o Secretário de Estado da Fazenda e Planejamento, Senhor Henrique Meirelles, para demonstrar o cumprimento das Metas Fiscais dos 2º e 3º quadrimestres de 2020, conforme previsto no Parágrafo 4º do Artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Presentes a Senhora Deputada Dra. Damaris Moura e os Senhores Deputados Paulo Fiorilo, Estevam Galvão, Dirceu Dalben, Wellington Moura, Ricardo Mellão, Delegado Olim, Alex de Madureira (membros efetivos) e o Senhor Deputado Tenente Nascimento (membro substituto). Ausentes os Senhores Deputados Adalberto Freitas, Roberto Engler e Márcio da Farmácia. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. Dispensada da leitura, a ata da reunião anterior foi aprovada. Presentes, ainda, a Senhora Deputada Carla Morando e os Senhores Deputados Itamar Borges e Carlão Pignatari, na qualidade de líderes. Acompanhando o Senhor Secretário, a equipe da Secretaria da Fazenda e Planejamento: Senhoras Fernanda Dadaio Dionísio e Emilia Ticami; e os Senhores Tomás Bruginaki, Tzung Shei Me, Roberto Yamazaki, Diego Colombo, Márcio de Souza e Humberto Herbst. O Senhor Secretário procedeu à sua explanação. Após, fizeram uso da palavra os Deputados Paulo Fiorilo e Ricardo Mellão, cujas dúvidas foram dirimidas pelo Senhor Secretário e pelo Senhor Roberto Yamazaki. Foi solicitado ao Senhor Secretário que envie informações detalhadas sobre alienações, gastos com a área da saúde e restos a pagar para 2021. Na sequência, o Senhor Presidente convocou uma reunião extraordinária a ser realizada um minuto após o término desta, com a finalidade de deliberar sobre o Requerimento nº 1/21, de sua autoria, para que seja convocado o Senhor Paulo Cesar Tagliavini, Superintendente do DER, com o objetivo de prestar a esta Comissão informações sobre as obras do DER, em especial do projeto de vicinais e também da duplicação da estrada do M'Boi Mirim, que teve determinada pelo TCE a suspensão da concorrência para as obras de duplicação e melhorias do trecho 1. Justificou seu requerimento pelo fato de, na reunião desta Comissão ocorrida em 17 de fevereiro p.p., a Comissão ter deliberado por transformar em convite um requerimento do Deputado Paulo Fiorilo, com o mesmo teor; que foi então enviado o convite ao Superintendente do DER e não houve resposta do mesmo e, portanto, estava apresentando novo requerimento para convocação do Senhor Superintendente. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, que foi gravada pelo Serviço de Audiofonia e cuja ata eu, Sonia Maria Oliveira, Assessora Técnica, lavrei e assino após sua Excelência. Aprovada em reunião de 02/03/2021 – 6ª reunião extraordinária.

Deputado Wellington Moura  
Presidente  
Sonia Maria Oliveira  
Secretária

## Debates

### 23 DE FEVEREIRO DE 2021 16ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CORONEL TELHADA, CASTELLO BRANCO, MARIA LÚCIA AMARY e GILMACI SANTOS

### RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE  
1 - CORONEL TELHADA  
Assume a Presidência e abre a sessão.  
2 - DR. JORGE LULA DO CARMO  
Discorre sobre as políticas públicas no Itaim Paulista. Informa o fechamento do pronto-socorro do Hospital Santa Marcelina. Lista os equipamentos de saúde e dados sociais do bairro. Reflete sobre a necessidade de abertura de UPA III no local. Incentiva a adesão a abaixo-assinado para a construção da unidade.  
3 - CARLOS GIANNAZI  
Lista cidades com toque de recolher após crescimento da contaminação pelo coronavírus. Anuncia a confirmação de 917 casos na rede estadual de ensino, nas últimas semanas. Crítica a determinação do governo estadual para reabertura das escolas. Exibe e comenta fotos da visita à Escola Estadual Joana Abrahão, em Americanópolis. Pede reformas estruturais à FDE. Crítica comunicado da Secretaria da Educação que determina agendamento para visitas em escolas públicas.  
4 - MONICA DA MANDATA ATIVISTA  
Endossa o discurso do deputado Carlos Giannazi. Considera o comunicado solicitando prévios agendamentos como inconstitucional. Alega que fora barrada durante visitas. Afirma que as escolas não estão preparadas para receber crianças. Defende a estabilidade dos servidores públicos. Comenta o recorde de contaminações, internações e mortes diárias no estado. Discorre sobre a situação de cidades do interior com 100% de ocupação de leitos. Lembra os 54 pedidos de calamidade pública de diversos municípios. Defende o distanciamento social e a vacinação para todos. Cobra linha de crédito para comerciantes e produtores rurais e auxílio econômico à população.  
5 - CASTELLO BRANCO  
Assume a Presidência.  
6 - CORONEL TELHADA  
Informa o início da Batalha de Iwo Jima, em 19 de fevereiro de 1945. Comemora o aniversário do Rotary Internacional. Lamenta o falecimento do policial militar José Ricardo de Castro Luna, no sábado, no Rio